



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

ATA DA REUNIÃO

**5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E
COMBATE À TORTURA**

Data e horário: 19 de junho de 2015, de 9h as 18h.

Local: Sala de Reuniões da Plenária – 10º andar

SCS-B, Quadra 09, Lote C – Ed. Parque Cidade Corporate – Torre A

Participantes:

Ministro Pepe Vargas (SDH/PR), Camila Moreira de Castro (CC), Vladimir Sampaio Soares de Lima (MJ), Edmundo Theobaldo Müller Neto (MD), Alexandre Peña Ghislani (MRE), Daiane de Oliveira Lopes (MEC), Bárbara Pincowsa Cardoso Campos (MDS), Raquel Lima de Oliveira e Silva (MS), Daniel Adolpho Daltin Assis (MS), Eduardo Valdoski (SG/PR), Jéssica Moreira Mariquito Naime Silva (SEPPIR), Bárbara Roberto Estanislau (SEPPIR), Pedro Henrique de Pina Cabral Viana (SPM/PR), Antônio Rodrigo Machado (OAB), Ileno Izídio da Costa (CFP), Dalila Eugênia Maranhão Dias (ASBRAD), João Bosco Francisco do Nascimento (ASSAC), Vinícius Valentin Raduan Miguel (ANCED), Shirley da Luz Villela (ARDM), Joviniano Soares de Carvalho Neto (GTNM/BA), Joisiane Sanches de Oliveira Gamba (MNDH), Carlos Gilberto Pereira (MNDH), Maria Gorete Marques de Jesus (IBCCRIM), Bruna Soares Angotti Batista de Andrade (IBCCRIM), Paulo Maldos (SDH), Irina Karla Bacci (Ouvidoria/SDH), Kátia Sena (Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça), Tatiana Melo Aragão Brandini (DPU), Dulcielly Nóbrega de Almeida (CONDEGE), Suellen Neto Pires Maciel (SNPDDH/SDH), Deise Benedito (MNPCT), Marcelo Salles (Comunicação/SDH), Luís Gustavo Magnata (MNPCT), Fernanda M. Givisiez (MNPCT), José de Ribamar de Araújo e Silva (MNPCT), Thaís Lemos Duarte (MNPCT), Karolina Alves P. de Castro (CGCT/SDH), Renata Studart (CGCNPCT/SDH)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Pauta da Reunião:

1. Abertura
2. Aprovação do Edital para preenchimento das vacâncias do MNPCT (Reservado aos representantes do CNPCT).
3. Eleição da Vice-Presidência do CNPCT - mandato de ago/2015 a ago/2016
4. Informe sobre casos de denúncias
5. Deliberações sobre os casos de tortura apresentados
6. Recomendações ao Projeto de Audiência de Custódia em São Paulo
7. Apresentação do Planejamento do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.
8. Debate sobre Planejamento do MNPCT
9. Acompanhamento do Planejamento Estratégico:

Atividades Desenvolvidas:

1. O Ministro Pepe Vargas realizou a abertura e presidiu, durante o período da manhã, a 5ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Antes do começo da reunião, por ser a primeira reunião com o novo Ministro, foi sugerido a apresentação de cada presente na reunião. Na ocasião, o Ministro colocou um tema extra pauta: a preocupação desta Secretaria com a Proposta de Emenda Constitucional 171 que trata da redução da maioria penal. Destacou, dentre os esforços empreendidos, que há um comitê que se reúne semanalmente com parlamentares para essa discussão. Frisou, ainda, que não temos uma margem segura de parlamentares contrários à PEC 171 (em torno de 185). Informou que a votação será no dia 30 de junho e solicitou esforços de todos os presentes nesta reunião em suas diversas esferas para que empreendam esforços no sentido da não aprovação da PEC 171.

- A representante da ARDM, Shirley da Luz Vilella, sugeriu deslocar o 1º ponto da pauta (*Aprovação do Edital para preenchimento das vacâncias do MNPCT*) para o último ponto da manhã. A sugestão foi acolhida.

2. Por questões de tempo, o ponto de pauta Aprovação do Edital para preenchimento das vacâncias do MNPCT (Reservado aos representantes do CNPCT) foi deslocado para o início da tarde. A discussão foi reservada aos membros do CNPCT.

3. Com os deslocamentos dos pontos da pauta desta Reunião, o primeiro ponto da manhã foi a eleição da Vice-Presidência do CNPCT – mandato de agosto de 2015 a agosto de 2016. Em seguida a coordenadora-geral do CNPCT, Renata Studart, informou que o governo se reuniu e indicou o representante do MRE, Alexandre Peña Ghisleni, para a Vice-Presidência do



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

CNPCT. Após o informe sobre a escolha do novo Vice-Presidente a representante do MNDH, Joisiane Sanches de Oliveira Gamba, considerou um equívoco o governo ter a presidência e a vice-presidência do CNPCT. Sugeriu que o governo se abstinhasse de ocupar a vice-presidência e indicasse um representante da sociedade civil.

4. O Ministro Pepe Vargas esclareceu que se trata de uma questão legal e considerou que flexibilizar sem adequar os diplomas legais seria um equívoco e poderia repercutir negativamente nas manifestações públicas do CNPCT. O representante da OAB, Antônio Rodrigo Machado, também afirmou que tal flexibilização poderia fragilizar os requisitos formais do CNPCT.

5. O representante do CFP, Ileno Izídio da Costa, sugeriu discussões.

6. O representante do GTNM/BA, Joviniano Soares de Carvalho Neto, sugeriu o fortalecimento da mesa diretora.

7. O Ministro Pepe Vargas propôs a continuidade do processo normal e que qualquer proposta de alteração legislativa fosse discutida em um grupo de trabalho específico.

8. A coordenadora-geral do CNPCT, Renata Studart, destacou a manutenção da regularidade das reuniões para o fortalecimento da sociedade civil. Destacou que, tendo em vista as duas visitas internacionais, o governo indicou o representante do MRE para a vice-presidência. Em seguida o Ministro encaminhou a votação. Esclareceu que é um processo de escolha e que é possível votar contra. Submeteu a votação por aclamação. O representante do MRE, Alexandre Peña Ghisleni foi eleito e tomará posse na próxima reunião.

9. O próximo ponto de pauta foi os informes sobre os casos de denúncias. Para acompanhar e participar dos informes, foi convidada Irina Karla Bacci (Ouvidoria/SDH).

10. O primeiro informe foi sobre o Caso Verônica Bolina. A representante do IBCCRIM, Bruna Angotti, apresentou os informes e a também representante do IBCCRIM, Maria Gorete Marques de Jesus, que está fazendo o acompanhamento direto, destacou o pedido de parecer externo que será anexado ao dossiê. Destacaram que se trata de um caso delicado pela forma como o Executivo de São Paulo tem lidado com a questão.

11. A representante da ASBRAD, Dalila Eugênia Maranhão Dias, narrou como foi sua visita a Verônica Bolina e destacou que a vítima sofreu discriminação e maus tratos. Salientou a



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

necessidade de apurar tais violações. Considera de extrema importância que o MNPCT visite e faça relatório.

12. A Ouvidora da SDH, Irina Karla Bacci, informou sobre a apuração conjunta realizada, sobre a visita ao GECEP. Destacou que o juiz não quis receber a Comissão. Esta conversou com o defensor público. Segundo Irina, o caso Verônica é sugestivo de várias violações de direitos humanos. Ainda de acordo com Irina, o Ministério Público tem a intenção de denunciar os responsáveis pelas graves violações desde que exista identificação. Ou seja, o Ministério Público não imputará a responsabilidade das torturas sofridas por Verônica ao estado de São Paulo. Salientou, ainda, a necessidade de analisar se seria plausível juntar laudo psiquiátrico aos documentos e pensar como o caso será encaminhado, já que a promotoria não solicitou, em momento nenhum, análise de um especialista em relação às condições psíquicas da vítima. Sugeriu que o CNPCT remeta o caso ao MNPCT como um caso simbólico e que o CNPCT se debruce sobre as gravações.

13. A coordenadora do CGCT, Karolina Alves P. Castro, destacou ser interessante pensar em conjunto com o Conselho LGBT.

14. O representante da OAB, Antônio Rodrigo Machado, destacou que o caso Verônica Bolina é emblemático por conta de várias características da vítima e que serve para dizer ao estado que ele não deve responder com tortura. Salientou que a vítima teve a sua imagem desgastada. Questionou a atuação do Ministério Público tendo em vista não estar condizente com o ordenamento jurídico. Sugeriu como encaminhamento: solicitar informações sobre o caso e sobre as ações do Ministério Público de São Paulo ao Procurador-Geral de Justiça e notificar o CNMP e que o CNPCT solicitasse à AGU alguém para apurar o caso. Destacou, ainda, a possibilidade de uma representação por abuso de autoridade em face dos agentes. Colocou-se à disposição para fazê-lo.

15. A representante do MS, Raquel Lima de Oliveira e Silva, considerou importante buscar uma atuação conjunta do CNPCT com o MNPCT.

16. A representante do IBCCRIM, Bruna Soares Angotti Batista de Andrade, informou que está aguardando o parecer externo e que esse parecer pode respaldar o encaminhamento ao CNMP.

17. A representante da ASBRAD, Dalila Eugênia Maranhão Dias, frisou que o promotor responsável teve uma postura muito empenhada em não apurar o caso.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

18. O vice-presidente do CNPCT, Padre Bosco, pontuou que em outros estados também acontecem violações desse tipo. Partilhou casos ocorridos na Paraíba (notadamente em unidade socioeducativa na qual os educadores são de uma empresa de segurança).

19. A coordenadora do CGCT, Karolina Alves P. Castro, destacou a importância dos casos apresentados e que o CNPCT deve pensar de forma macro. Nesse sentido, deveria apresentar um relatório mais global, tratado em nível nacional.

20. A representante do MNDH, Joisiane Sanches de Oliveira Gamba, destacou a necessidade de informar o MNPCT e de convidar autoridades de São Paulo para comparecer ao CNPCT e esclarecer o que foi feito.

21. A Ouvidora, Irina Karla Bacci, informou que Verônica foi atendida em quatro unidades hospitalares e que seria interessante convidar o ouvidor de polícia para trazer mais informações.

22. O representante do MRE, Alexandre Peña Ghisleni, reforçou a necessidade de uma visão mais macro do CNPCT. Para uma maior visibilidade, o Comitê deve filtrar quais casos serão paradigmáticos.

23. O representante da OAB, Antônio Rodrigo Machado, reforçou o pedido para que sejam adotadas as medidas cabíveis acerca do comportamento do Ministério Público.

24. O representante do MRE, Alexandre Peña Ghisleni, solicitou que a ata da Reunião fosse disponibilizada na internet.

25. A representante do MDS, Bárbara Pincowsa Cardoso Campos, também reforçou a perspectiva de recomendações gerais, de avaliar, quais dos encaminhamentos discutidos, que se pode avançar na etapa de coleta de informações sobre o andamento dos procedimentos judiciais e administrativos em relação ao Caso Verônica Bolina.

26. O representante do MJ, Vladimir Sampaio Soares de Lima, ressaltou que é importante aguardar o relatório da especialista externa e da realização do convite ao ouvidor de polícia.

27. O representante do CFP, Ileno Izídio da Costa, solicitou a retirada da pauta do Informe sobre o caso do DF. Encaminhará propostas por e-mail para CNPCT discutir questões mais gerais.

28. Após as colocações dos inscritos foram feitas as deliberações sobre os casos de tortura apresentados. O Ministro Pepe Vargas encaminhou as seguintes propostas, lidas pela CGCNPCT, Renata Studart:



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

- Remeter o caso ao MNPCT, e que o Comitê se debruçasse sobre as gravações da gestora; (Foi feito um adendo sobre a criação de um GT que tratasse da nomeação de pessoas que foram denunciadas com o histórico de tortura, e que continuam trabalhando em locais de privação de liberdade);
- Enviar ofício ao PGR, pra saber quais ações estão sendo tomadas.
- Notificar CNMP;
- Entrar com uma representação em face da gestora, ou pedir que AGU destaque pessoas para acompanhar esse caso, e trate disso.
- Que se proponha uma norma que trate de forma geral da população LGBT encarcerada;
- Debruçar-se sobre as recomendações que existem, mas tentar propor alguma normativa.
- Relatório mais global da população LGBT encarcerada.
- Enviar ofício ao Governo do Estado de São Paulo para que ele se apresente e preste informações, e se responsabilize;
- Conversar com o MNPCT para acompanhar o caso Verônica Bolina, e monitorar o Sistema Socioeducativo, Fundação Casa.
- Convidar a Ouvidoria de Polícia de São Paulo para a próxima reunião do CNPCT;

29. De acordo com o Ministro Pepe Vargas, o CNPCT deve se debruçar sobre o que está previsto em suas funções. EO caso Verônica Bolina, especificamente, está sendo acompanhado por várias entidades. O Comitê deve reunir mais informações, a respeito de um caso concreto, aguardar o parecer para fazer recomendações mais definitivas a partir do processamento e da avaliação das informações recebidas, e então, do conjunto de propostas que foram apresentadas. Que concentre os trabalhos na fase da coleta de informações, para depois subsidiar recomendações e demais questões;

30. Foi sugerido pelo Ministro inversão de pauta, e adiantamento da saída para o horário do almoço, e retorno às 13h30 para dar prosseguimento à pauta. Em seguida a palavra foi passada para a apresentação do planejamento do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

31. Após os encaminhamentos sobre os casos de denúncias o próximo ponto de pauta foi a apresentação do Planejamento do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, sendo este o penúltimo ponto da manhã.

32. O Planejamento do MNPCT foi apresentado pelo seu coordenador-geral, o perito Luís Gustavo Magnata Silva. Na ocasião, o perito informou que o Regimento Interno do MNPCT está pronto e que algumas questões referentes a relatórios e ao planejamento anual ainda precisam ser discutidas.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

33. O representante do MRE, Alexandre Ghisleni, falou de duas questões importantes. A primeira foi a falta da menção ao Sistema, e que apenas está vendo a atuação de dois, sem coordenar com os outros dois representantes do Sistema, a construção do relacionamento entre o CNPCT, MNPCT e outros órgãos que compõe o Sistema. A segunda foi sobre a Convenção Contra a Tortura, e sobre o diálogo constante com os governos dos estados independentemente de visitas aos lugares de privação de liberdade.

34. O representante do MJ, Vladimir Sampaio, ?? quais as ajudas o CNPCT pode dar ao MNPCT, e sobre a questão do SNPCT;

35. Karolina Castro, Coordenadora Substituta da CGCT, perguntou sobre o tempo de aviso que o MNPCT tem para informar sobre as visitas que serão realizadas. Foi feita uma observação, para que a Mesa Diretora se reúna com o Mecanismo para discutir sobre a questão da visita do relator da ONU, Juan Mendez.

36. Bárbara, representante do MDS, também falou sobre o tempo estimado sobre as visitas de inspeção do Mecanismo, e sugeriu alguns pontos a serem amadurecidos pelo Mecanismo para efetivação das visitas.

37. Foi apresentada a preocupação do Comitê em relação às visitas a serem realizadas pelo Mecanismo, e como se daria a receptividade em cada local de privação de liberdade, e a importância do tempo a ser determinado, e se a instituição será informada, e com quanto tempo será informada.

38. As contribuições que poderão ser feitas entre o Comitê e o Mecanismo seriam articulação geográficas e políticas, utilização das instituições que compõe o Comitê para facilitar a entrada do Mecanismo nos estados e que a apresentação aos governos estaduais, do Mecanismo seja feita pelo Comitê.

39. Em seguida foram encaminhadas as deliberações sobre o Planejamento do Mecanismo. O Ministro encaminhou as seguintes propostas: Que fosse feita uma reunião da mesa diretora com os membros do Mecanismo para dar continuidade ao aprofundamento do debate iniciado na reunião; Foi sugerido que na próxima reunião os integrantes do Mecanismo estejam presentes para o aprofundamento da discussão; Foi encaminhado que a Consultoria Jurídica faça uma avaliação para o Comitê, para que de fato, o Mecanismo seja apresentado e tenha força. Para que possa afirmar a sua existência e sua autoridade no sentido de atuação, prevenção e combate à tortura; Em relação às visitas do Mecanismo, por ter respaldo em lei, ele pode sim fazer visitas sem pré-agendamento, e se for barrado em algum lugar específico, serão tomadas as medidas cabíveis em lei.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

40. Após os encaminhamentos do Planejamento do Mecanismo, o período da manhã foi dado por encerrado pelo Ministro às 13h, e definido o seu retorno às 14h com o primeiro ponto de pauta o edital de seleção para as duas vagas do Mecanismo.

41. O período da tarde começou com 45 minutos de atraso, sendo a reunião iniciada pelo vice-presidente, João Bosco. Antes de dar início à primeira pauta, a coordenadora-geral do CNPCT, pediu momento privado apenas com os representantes do Comitê para que fosse discutido a aprovação do edital para preenchimento das vacâncias do MNPCT. Retiraram-se da reunião, os convidados permanentes, Kátia Parente Sena representante do Colégio Superior dos Tribunais de Justiça, e Tatiana da Defensoria Pública da União.

42. A aprovação do edital para preenchimento das vacâncias do MNPCT foi o primeiro ponto a ser discutido no período da tarde. O representante do MD, Edmundo Muller, informou algumas alterações feitas no edital, e informou que o edital para provimento das vacâncias permaneceu com a primazia do primeiro para que não deslegitimasse o primeiro processo seletivo. Sendo assim, o que foi alterado foram alguns pequenos pontos como, a lista de reserva e um prazo maior para a inscrição dos candidatos.

43. Foram lidas pela representante titular da Rede Maré, Shirley Vilela, as alterações feitas no atual edital e as diferenças do primeiro edital publicado em 2014. Apontou detalhes da modificação de cada item. A Coordenadora-Geral do CNPCT, Renata Studart destacou algumas dúvidas levantadas pelo Comitê e esclarecidas pela Assessoria Jurídica da SDH.

44. Após apresentação de algumas propostas, que foram apresentadas pelos membros do Comitê, foi decidido por consenso a redação e o modo de seleção. O consenso foi a derrubada da primeira proposta, que era deixar o texto como o do primeiro edital. A segunda proposta era não fazer referência à pontuação. Tendo em vista, que houve consenso em relação à segunda proposta, o parágrafo 7.4 caiu. Foi informado a marcação da Reunião Extraordinária, em setembro, do Comitê para homologação do resultado.

45. Encerrado ponto de pauta sobre a publicação do edital para preenchimento das duas vacâncias do MNPCT, o próximo ponto de pauta a ser discutido foi o informe sobre casos de denúncias de tortura no Maranhão.

46. O informe sobre o caso do Maranhão foi apresentado pela representante titular do MNDH, Joisiane Gamba, que fez um breve resumo sobre o caso apresentado na última reunião, de denuncia de tortura, apresentando a atualização do andamento do processo judicial.

47. Foi pedido ao Comitê: Não apenas apurar casos ocorridos dentro de presídios, mas também enfrentar situações e criar mecanismo de combate à situações que ocorrem nas ruas. E a segunda, que o Comitê efetivamente, encaminhe ao estado do Maranhão, a Procuradoria



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Geral do Estado, o pedido de reintegração a apuração e o não arquivamento do caso, prática comum nesses casos em que a vítima desiste de dar andamento ao processo de denúncia de tortura.

48. Foi levantada uma preocupação pela representante da Rede Maré, se esse pedido não colocaria a vítima em risco. Foi esclarecido pela representante da MNDH, que a vítima já efetivou a denuncia, inclusive com imagens, depoimento de testemunhas.

49. Foi esclarecido pelo Antônio, representante suplente da CFOAB, que todo crime que é de ação pública incondicionada, não depende de vontade da vítima para ser apurado, basta apenas uma notícia de que o crime aconteceu chegar à autoridade pública responsável, no caso o Delegado de Polícia ou o Ministério Público, não cabe à vítima decidir se apura ou não.

50. Foi sugerido pela CGCT, fazer uma ação junto às promotorias para determinar ações de educação, e grupos que são investigados.

51. Em seguida foi apresentado o encaminhamento sobre as denúncias, que seja enviado um ofício, com o pedido de apuração ao Governo do Estado do Maranhão, à Superintendência e ao Secretário de Segurança;

52. Em seguida foi dado informe sobre a Audiência de Custódia e apresentadas as recomendações ao Projeto de Audiência de Custódia .

53. A representante do IBCCRIM, Maria Gorete Marques de Jesus, observou que há ocorrência de várias ilegalidades em audiências de custódia realizadas em São Paulo. Destacou a necessidade de instrumentalizar os juízes. Em seguida a representante do MNDH, Joisiane Sanches de Oliveira Gamba, sugeriu a publicação das Recomendações do CNPCT.

55. A CGCNPCT, Renata Studart, apresentou as Recomendações. Após a leitura das recomendações o representante da ANCED, Vinícius Valentin Raduan Miguel, sugeriu acrescentar aos itens II e III todos os dispositivos legais existentes, inclusive o Estatuto da OAB.

57. O representante do MRE, Alexandre Peña Ghislani, sugeriu observar a conceituação de “agente público”, no item X e o caráter do Protocolo de Istambul. Sugeriu também observar o valor agregado da normativa já existente e apresentar uma Recomendação de caráter mais geral.

58. Em seguida foram sugeridas algumas mudanças pelo representante do GTNM/BA, Joviniano Soares de Carvalho Neto, questionou o uso da expressão “encaminhar ao Fórum”, e a coordenadora da CGCT, Karolina Alves P. de Castro, sugeriu a utilização do nome social da



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

tortura e apoio ao juiz de garantias presente no novo CPP. O representante do CFP, Ileno Izídio da Costa, destacou o uso de imperativos. Sugeriu a utilização de termos como: “vem reiterar...”. E por fim, a representante do IBCCRIM, Bruna Soares Angotti Batista de Andrade, sugeriu não mencionar sobre juiz de garantias no texto Recomendações.

59. A CGCNPCT, Renata Studart, informou que incorporará as sugestões ao texto. Após os informes e as sugestões de encaminhamentos da audiência de custódia. Foi informado também a divulgação da 5ª Reunião Ordinária no site da SDH.

60. Após os informes, foi apresentado um breve acompanhamento do Planejamento Estratégico, em seguida foi passado os últimos informes das comissões de planejamento pela Coordenação-Geral do CNPCT. Esse foi o último ponto da pauta.

61. A Comissão Temática de Consolidação de relação sistêmica e harmônica entre os integrantes do Sistema e agregar novos atores informou que não conseguiu se reunir na tarde de ontem.

62. A Comissão Temática de Estímulo à criação/implantação de comitês/comissões e ou mecanismos informou que adotará como metodologia a realização de encontro, visitas aos estados e acompanhamento do que foi acordado. Foco para SP, SE e TO. Elaboração de orientações políticas, propostas de fazer resolução para a criação ou adequação dos já existentes.

63. A Comissão Temática de Consolidação o CNPCT como ator político reconhecido e legitimado para prevenir e combater a tortura propôs duas reuniões com Juan Mendéz e com o Subcomitê da ONU. Proposta de vincular a Resolução 49 à Audiência de Custódia. Convidar Luciano Mariz Maia para reunião. Pensar em estratégia de conversa com outros atores. Mudar o site. Verificar o que a SAL/MJ já fez na questão da CPI do sistema legislativo.

64. A Comissão Temática de Fortalecimento da estrutura institucional do Comitê tratou da questão do fluxo/organização interna/denúncias recebidas e formação de um banco de dados. Minuta do Relatório Anual (estruturação e casos acompanhados).

65. A Comissão Temática Avaliação, acompanhamento e proposição de aperfeiçoamento de programas, ações e órgãos de combate à tortura em âmbito nacional propôs um mapeamento transversal e pensar um modelo de monitoramento.

66. Após as apresentações dos relatos das comissões do planejamento, foi dado o informe das datas para a próxima reunião, e o fechamento do calendário ficou para um momento posterior, devido à agenda do relator da ONU. A reunião foi encerrada às 18h20.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Pepe Vargas

Presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura-CNPCT

Raquel Lima de O. e Silva

Representante Titular do Ministério da Saúde-MS

Camila Castro

Representante Suplente da Casa Civil-CC/PR

Daniel Adolpho D. Assis

Representante Suplente do Ministério da Saúde-MS

Vladimir S. Soares de Lima

Representante Suplente do Ministério da Justiça-MJ

Eduardo Valdosi

Representante Suplente da Secretaria Geral da Presidência da República-SG/PR

Edmundo Theobaldo M. Neto

Representante Titular do Ministério da Defesa-MD

Jéssica M. M. Naime Silva

Representante Titular da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR

Alexandre Peña Ghisleni

Representante Titular do Ministério das Relações Exteriores-MRE

Barbara Roberto Estanislau

Representante Suplente da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR

Daine de Oliveira Lopes

Representante Suplente do Ministério da Educação-MEC

Pedro Henrique P. C. Viana

Representante Suplente da Secretaria de Políticas para as Mulheres-SPM/PR

Barbara P. Cardoso Campos

Representante Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS

Antônio Rodrigo Machado

Representante Suplente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil-CFOAB



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Ileno Izídio da Costa
Representante Titular do Conselho Federal de
Psicologia-CFP

Joviniano Soares de C. Neto
Representante Titular do Grupo Tortura
Nunca Mais da Bahia-GTNM/BA

Dalila Eugenia M. Dias
Representante Titular da Associação Brasileira
de Defesa da Mulher da Infância e da
Juventude-ASBRAD

Joisiane S. de O. Gamba
Representante Titular do Movimento Nacional
de Direitos Humanos-MNDH

João Bosco F. Nascimento
Representante Titular da Associação de Apoio
e Acompanhamento Pastoral Carcerária-
ASSAC

Carlos Gilberto Pereira
Representante Suplente do Movimento
Nacional de Direitos Humanos-MNDH

Vinicius Valentin R. Miguel
Representante Titular da Associação
Nacional dos Centros de Defesa da Criança e
do Adolescente-ANCD

Maria Gorete M. de Jesus
Representante Titular do Instituto Brasileiro
de Ciências Criminais-IBCCRIM

Shirley da Luz Villela
Representante Titular da Associação Redes
de Desenvolvimento da Maré-ARDM

Bruna S. A. B. de Andrade
Representante Suplente do Instituto
Brasileiro de Ciências Criminais-IBCCRIM